



Comitê Nacional
em Defesa das
Empresas Públicas

Edição Especial

O que é público para você?



*A praça ao lado de casa,
a escola, a creche, o hospital.*

*O banco que tem compromisso
com o desenvolvimento social.*

*A empresa que gera a energia,
o combustível, a moeda nacional.*

*As políticas e os poderes públicos:
quem faz essas políticas
e quem manda nesses poderes?*



Com esses questionamentos, feitos pelos atores Tuca Andrade e Luiz Lobo, foi iniciado, em 6 de junho passado, o ato político que marcou o lançamento da campanha “Se é público, é para todos”, coroando um dia repleto de atividades em defesa dos bens públicos dos brasileiros organizado pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

Com a presença de especialistas, intelectuais, lideranças políticas e dos movimentos social e sindical, inclusive do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o evento, na Fundição Progresso, na Lapa, teve repercussão nacional. E assustou o governo golpista, que na mesma data resolveu suspender as nomeações nas estatais e em seguida pediu urgência para votar projetos privatistas como o 4918 (Estatuto das Estatais) e 268 (Fundos de Pensão).

“Mas conseguimos nos articular rapidamente, conquistando avanços na votação do PL 4918 na Câmara e derrubando seu caráter privatista”, aponta a coordenadora do comitê, Maria Rita Serrano. Logo em seguida, porém, o projeto, novamente como PLS 555, retornou ao Senado que, atropeladamente, deu sua aprovação em 21 de junho passado. “Apesar de o Senado não ter acatado todos os avanços que havíamos obtido, o texto final é fruto de uma luta de meses dos trabalhadores, movimentos e parlamentares comprometidos, uma mobilização que obrigou o relator Tasso Jereissati (PSDB-CE) a alterar de forma significativa a sua proposta original”, avalia Rita, lembrando que as manobras e pressões não vão calar a luta em defesa das empresas públicas.

E o governo Temer tem mesmo muito o que temer, e sem trocadilho. Durante o evento no Rio, palestras e discursos convergiram para os danos do golpe e, depois do mote da campanha – Se é público, é para todos -, a frase mais ouvida, tanto na plateia quanto nos palcos foi “Fora, Temer!”

Entre os debatedores, participaram Marcia Tiburi (filósofa), Emir Sader (cientista político), Ricardo Lodi (advogado), Guilherme Estrella (geólogo e ex-diretor da Petrobras) e Jandira Feghali (deputada federal PSdoB-RJ), ao lado de representantes sindicais como João Antônio de Moraes (FUP), Jair Pedro Ferreira (Fenae), Roberto van der Osten (Contraf-CUT) e da coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, entre outras lideranças de entidades que compõem o comitê.

Ao final do evento foram produzidos vídeos, jornal e centenas de publicações nas redes sociais. Os principais links, assim como imagens do dia, estão disponíveis a seguir, assim como os dados relatados durante o evento sobre as comparações dos governos popular de Lula e Dilma e o antecessor tucano e uma entrevista com a coordenadora do comitê que faz um balanço dessa luta e aponta novos passos. Vale a pena conferir.

Afinal, é impossível, hoje, não atentar para as mudanças que sobressaltam o País e suas consequências para os brasileiros. Há um grande risco ao que é de todos, ao que é público, um retrocesso que vai além de projetos e leis e se materializa como uma verdadeira cultura do atraso em todos os setores sociais, atingindo conquistas nascidas de grandes lutas.

Público também é deixar claro o papel do comitê e suas entidades:

debater, fortalecer nosso movimento e seguir adiante na resistência a esse retrocesso, até que a frase “O que é público para você? deixe de ser questionamento e se torne afirmativa em alto e bom som:

O que é público É para você.
E para todos os brasileiros.

Imagens do dia



Preparativos



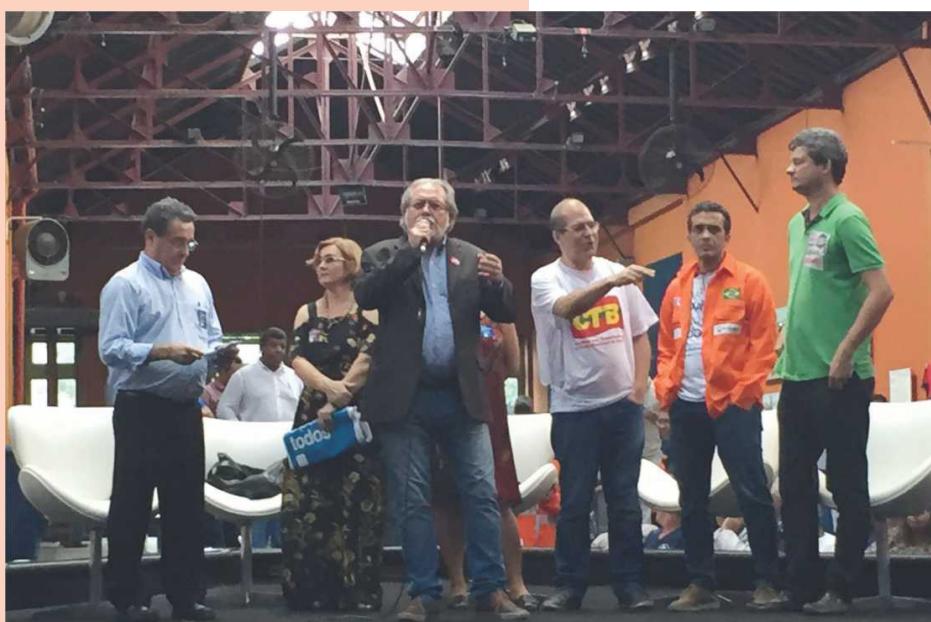
Rita Serrano durante abertura do evento:
“Onde tem empresa pública tem desenvolvimento”



Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenaep, ao microfone: “Sem serviços públicos a desigualdade social avança, e é preciso impedir que isso ocorra”

Abertura

Rodas de Debates



Representantes sindicais de várias entidades e centrais sindicais destacaram riscos do governo golpista para diversas categorias.

Nas fotos, em sentido horário: ao microfone, os representantes da CTB, "Caco"; da FUP, Moraes; da Contraf-CUT, "Betão"; e da Intersindical, Rita Lima.

Palestras - convidados



“As empresas estatais são a ferramenta do povo brasileiro para construir a soberania nacional. Se não dermos um basta (no governo golpista) serão vendidas a estrangeiros”

**Guilherme Estrella,
geólogo e ex-diretor da Petrobrás**



“Todos os analistas sobre desigualdade social destacam os governos Lula e Dilma como grande exemplo a ser seguido. A sociedade tem dois caminhos: lamentar ou se levantar contra um governo que pretende excluir trabalhadores, negros, mulheres e grupos LGBT, entre outros”

Ricardo Lodi, advogado



“É uma dívida da esquerda não ter enfrentado ainda esse monopólio, porque a comunicação é irmã gêmea da educação e da cultura como instrumento transformador”

Jandira Feghali, deputada federal PCdoB-RJ



“Se nós, mulheres, não estamos presentes com nossos corpos e ideias nos espaços de poder, então esse espaço não é ‘público’ e nos silencia”

Márcia Tiburi, filósofa



“Temer quer fechar 400 agências da Caixa. Alguém aqui acredita que o Bradesco ou o Itaú vão financiar moradia para pobres?”

Emir Sader, cientista político

ATO POLÍTICO



*“Tenho orgulho do que é público,
não vergonha. No dia em que hospital de rico
atender pobre e empresários oferecerem
transporte de qualidade e energia barata deixarei de
vir em atos como esse e defender o que é público”*

Lula, literalmente vestindo a camisa da campanha





PÚBLICO



ENTREVISTA

Estatuto das Estatais: a luta valeu a pena, afirma Rita Serrano

Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, diretora do Sindicato dos Bancários do ABC e da Contraf-CUT e representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa, Maria Rita Serrano fala sobre as ações do comitê e a forte mobilização que levou a avanços no projeto original do Estatuto das Estatais, que perdeu sua essência privatista. "Mostramos que a unidade do movimento sindical é possível na prática, quando se trata da união contra um problema concreto", aponta Rita, lembrando que é fundamental que a campanha "Se é público, é para todos" continue a ser divulgada nos Estados e adiantando que será levada também à UNI Américas Finanças, que poderá adotá-la em âmbito internacional.

O lançamento da campanha "Se é público é para todos", organizada pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Pública, do qual você é coordenadora, teve forte repercussão. Tanto que o governo Temer reagiu naquele mesmo dia, suspendendo nomeações nas estatais e pedindo votação de urgência para os projetos 4918 (no Senado, PLS 555) e 268 (Fundos de Pensão). Qual sua avaliação sobre essa reação?

Maria Rita Serrano - O lançamento da campanha e o ato que realizamos teve forte impacto, porque dialoga com o sentimento de parte da sociedade de que está havendo um grande retrocesso nos avanços sociais e econômicos conquistados nos últimos anos, graças à opção feita pelos governos Lula/Dilma de investir em políticas públicas e de usar as empresas públicas para alavancar o desenvolvimento do País. A reação do governo golpista se relaciona com os compromissos que ele tem com o capital privado. Os projetos 4918 (PLS 555) e 268 (Fundos de Pensão) têm esse viés privatista, por isso a urgência.

Com a mobilização que antecedeu a votação do PL 4918 na Câmara foi possível reverter o caráter privatista do projeto. Mas logo em seguida houve a votação no Senado e os avanços obtidos na Câmara não foram mantidos...

Rita - Os avanços significativos que conquistamos, após grande período de mobilização, foram no texto aprovado pelo Senado, como por exemplo a não obrigatoriedade de que todas as empresas se tornem sociedades anônimas e abram capital. Na Câmara as mudanças foram pontuais. O projeto de lei não podia mais ser alterado, coube ao Senado acatar por



inteiro ou em parte as alterações feitas na Câmara, portanto os avanços principais foram mantidos. Mesmo assim estamos estudando a possibilidade de entrar com uma ADIN – ação de constitucionalidade, já que o projeto tem sérios vícios de origem, deveria ter sido uma iniciativa do Executivo, mas foi do Legislativo, além de outros problemas.

O Comitê reúne entidades de todo o Brasil, inclusive seis centrais sindicais de orientações distintas politicamente. Como foi possível articular essa união em defesa das empresas e serviços públicos?

Rita - Foi possível porque o interesse era único, o comitê nasceu de uma necessidade concreta de enfrentamento ao PLS 555. Falamos muito em unidade, de forma teórica, mas dessa vez a colocamos em prática. Conseguimos reunir várias entidades e categorias diferentes e o resultado dessa união é positivo, foram os meses de enfrentamento, mobilização e negociação. Também tivemos o apoio de parlamentares de vários partidos, como PT, PSOL, REDE, PC do B, parte do PDT e também do PMDB que, mesmo sendo minoria nesse momento, cumpriram da melhor forma possível seu compromisso com os trabalhadores e o País. A luta valeu a pena.

Quais são os próximos passos do Comitê?

Rita - Além desse projeto de lei existem vários outros em discussão no Congresso que têm o mesmo objetivo privatista, fora as iniciativas do governo Temer em acabar com o patrimônio público. A campanha tem que ser divulgada com força nos Estados brasileiros e também será sugerida em encontro que participarei na Argentina, da Uni Américas Finanças, podendo ganhar âmbito internacional. É só ver as especulações sobre a privatização ou fusão da Caixa; portanto, temos muito trabalho pela frente.

PLS 555

Projeto perdeu viés privatista

Senadores aprovaram o texto final do Estatuto das Estatais em 21 de junho e, graças à forte mobilização, essência privatista foi derrubada

O Senado aprovou no final da tarde de 21 de junho o texto do PLS 555, o Estatuto das Estatais. Apenas parte das emendas aprovadas pela Câmara foi mantida, assim como o restante do texto votado pelos senadores em março passado. O texto segue agora para sanção presidencial, que deve ocorrer num prazo de 15 dias a contar da aprovação

O Senado também manteve a alteração que permite a presença de profissionais liberais nos conselhos, para adequar a indicação de Pedro Parente para a presidência da Petrobras, o que, aponta a coordenadora do comitê, Rita Serrano, mostra o fisiologismo desse governo golpista. Outros problemas no texto são a manutenção da quarentena de três anos para que dirigentes sindicais possam assumir cargos de gestão nas estatais e a obrigatoriedade de que 25% dos membros dos conselhos de administração sejam independentes.

Avanços – Entre os avanços mantidos estão a retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas;

o fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais e a obrigatoriedade de que o Estatuto das Estatais seja adotado apenas para empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta (o que deixa de fora a maioria das estatais, com menor porte). Também ficou

suprimida a obrigatoriedade de ressarcimento, por parte do governo, de custos com políticas públicas (ações da empresa fora da sua atividade econômica) e a exigência de que as empresas comercializem no mercado 25% de suas ações passou a ser válida somente para as listadas na Bolsa de Valores. Outra conquista obtida na Câmara que ficou valendo diz respeito ao caput do artigo 17, que prevê alternadamente os critérios de formação profissional e acadêmica para a composição das diretorias e CA.



VEJA MAIS...

Vídeos do lançamento da campanha

<https://www.youtube.com/watch?v=CKayGW3gnYQ&feature=youtu.be>

<https://www.youtube.com/watch?v=ili4MPTDVQA>

<https://www.youtube.com/watch?v=38c1g1Q39fs>

Imagens do lançamento da campanha

(créditos: Fotos Públicas e Mídia Ninja)

<http://fotospublicas.com/ex-presidente-lula-participa-do-ato-em-defesa-das-empresas-e-servicos-publicos-brasileiros-no-rio-de-janeiro/>

<https://www.flickr.com/photos/midianinja/sets/72157668965573792/with/27512866905/>

Artes da campanha

<https://www.dropbox.com/sh/3p6kve0nbd5eb8u/AADRSqcHt-yQJPmIcUHXXti3a?dl=0>

Acompanhe a luta pelas empresas, serviços e demais bens públicos em:

Facebook

<https://www.facebook.com/diganaoaopl4918/>

Site

<http://www.diganaoaopl4918.com.br/>

Textos lidos durante o ato:

Arquivo em PDF: dados ato - Seção downloads <http://www.diganaoaopl4918.com.br/>

Contatos Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

publiccomite@gmail.com

imprensacom@r7.com

Entidades patrocinadoras do evento no Rio

Fenae

FUP

Contraf-CUT

CUT

Intersindical

CTB

CNTE

Sindicato dos

Bancários do ABC

Sindicato dos

Bancários de SP

Sindicato dos

Bancários de

Belo Horizonte

Apcef-Rio

Sindicato dos

Bancários do

Rio de Janeiro

Sindicato dos

Bancários do

Espírito Santo

Sindicato dos

Bancários de Curitiba

Fetrafi- Rio

Sindicato dos

Bancários da

Baixada – RJ

Sindicato dos

Bancários do Sul

Fluminense

Fetec-Paraná